

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DE PORTO ALEGRE E SANTA MARIA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a oferta dos serviços de Educação Especial no contexto das Redes Municipais de Ensino de Santa Maria e Porto Alegre situadas no Estado do Rio Grande do Sul. O conhecimento destas realidades ganha relevo através da utilização de dois bancos de dados: o Data Escola Brasil e o Microdados, ambos vinculados às informações do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP). O texto parte de dados mais gerais, referentes ao estado do Rio Grande do Sul, sobre as matrículas de alunos na Educação Básica nas diferentes dependências administrativas: federal, estadual, municipal e privada. Como efeito do processo de municipalização do ensino, temos no contexto das redes municipais a maior concentração de matrículas dos alunos da educação básica, e conseqüentemente, o maior número de alunos da educação especial. Com trajetórias singulares e muitos pontos de conexão, estas duas redes de ensino destacam-se: pelo histórico dos serviços de educação especial; por uma sintonia com os movimentos políticos que constituem a educação especial; pela organização de uma proposta pedagógica com foco nos processos de inclusão escolar; uma concentração de matrículas gerais e da educação especial no ensino fundamental e uma significativa oferta dos serviços especializados

Palavras-chave: Educação Especial. Censo da Educação Básica. Rede Municipal de Ensino

Fabiane Romano de Souza Bridi

Universidade Federal de Santa Maria
fabianebridi@gmail.com

Melina Chassot Benincasa Meirelles

Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
melinabenincasa@gmail.com

Notas sobre o conhecimento produzido a partir dos bancos de dados

Nossa principal fonte de pesquisa são os dados do Censo Escolar da Educação Básica, o qual consiste em um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo INEP. De acordo com esse Instituto:

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica. Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. (FUNDEB).¹

Jannuzzi (2005) aponta um acesso crescente às informações de natureza administrativa e estatística, possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Os “dados estatísticos antes inacessíveis em enormes arquivos digitais passam a ser ‘customizados’ na forma de tabelas, mapas e modelos quantitativos construídos por usuários não especializados” (p.138).

Nossa intenção ao acessar os bancos Data Escola Brasil e o Microdados, lembrando que ambos provêm de uma mesma fonte de informações, é o de conhecer a realidade de duas redes de ensino. O primeiro banco – Data Escola Brasil – nos ajuda na construção de uma visão mais ampla da organização da rede no que tange a sua estrutura (número de escolas, matrículas e oferta do atendimento educacional especializado); já o segundo – Microdados – nos permite acessar de modo mais detalhado, as matrículas dos alunos público-alvo da educação especial, nas diferentes dependências administrativas, modalidade e etapas de ensino, permitindo um olhar mais minucioso sobre o percurso dos alunos, docentes e escolas. Os dados são obtidos por meio de um sistema educacional intitulado Educacenso. Esse preenchimento ocorre em duas etapas:

A primeira, da matrícula inicial, coleta as informações referentes às quatro grandes dimensões: escola, turma, aluno e profissional escolar em sala de aula. Para cada uma delas são coletadas informações que buscam sua caracterização. A segunda etapa de coleta é a “Situação do Aluno” que tem por objetivo coletar as informações de rendimento (aprovado,

¹ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 18.10.2013.

reprovado) e movimento (transferido ou deixou de frequentar) do aluno no final do período letivo. (BRASIL, 2013a, p.4).

Embora haja orientações claras sobre a forma com que os questionários devem ser preenchidos e até mesmo sobre quem deve ser o responsável pelo repasse dessas informações, os números apresentam dúvidas e muitos questionamentos. Como exemplo, podemos referir o complexo processo de identificação dos alunos da educação especial no referido instrumento. Dúvidas permeiam essa ação diante de casos que ainda não possuem um “diagnóstico fechado”, mas que necessitam ser identificados no Censo Escolar para terem acesso ao serviço do atendimento educacional especializado. E ainda, com frequência, no campo das matrículas por escola, aparecem registros de alunos com tríplice marcação, como, por exemplo: deficiência múltipla, deficiência física e deficiência mental. Temos observado que esta tríplice marcação, em geral, envolve os alunos com deficiência múltipla, como se esta categoria necessitasse de uma especificação. Estes são alguns aspectos que produzem efeitos qualitativos nos números apresentados e envolvem diretamente a ação dos docentes dos serviços especializados.

No momento em que as informações são sistematizadas pelo INEP, os dados tornam-se públicos. O grande número de informações, com inúmeras variáveis de pesquisa, exige que os dados sejam combinados a partir de um programa de estatística: *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*², o qual possibilita um detalhamento maior dos dados, quando comparado ao banco Data Escola Brasil, ou até mesmo às sinopses estatísticas.

Realizar um estudo tomando esses bancos como um dos elementos de análise requer trabalhar com a instabilidade presente no desenvolvimento desses dados. Muitas vezes, a sequência de números não é a esperada, ou seja, o número de matrícula, pode não condizer com o número de alunos presente no chão das escolas e redes. Isto ocorre, porque trabalhamos com esse organismo vivo que é a escola e seus constantes movimentos que evoluem, por exemplo, o ingresso de novos alunos, a transferência de outros... Esta dinamicidade torna, por vezes, os dados difíceis de serem apreendidos precisamente. Além disso, identificam-se algumas fragilidades vinculadas ao próprio

² No presente estudo a versão do programa utilizada foi 17.0.

preenchimento dos dados, como é o caso da tríplice marcação, já sinalizada anteriormente, que provoca dissonâncias entre o número presente nos bancos de dados e o número presente nas escolas. A complexidade do processo se faz presente na teoria de Bateson (1986), quando esse disserta sobre a ciência e no modelo como fomos “treinados” a pensar, de um modo linear e simplista...

Infelizmente (ou talvez felizmente), as coisas são de forma que o fato seguinte nunca é disponível. Tudo que vocês têm é a esperança na simplicidade, e o fato seguinte poderá sempre levá-los ao nível seguinte de complexidade. (BATESON, 1986, p.34).

De acordo com o autor, possuímos como base a preferência pela resposta mais simples, ou seja, se recebemos a sequência de uma numeração, como, por exemplo: 2, 4, 6, 8, supomos que o próximo número será o 10, pois, como “bons cientistas” escolhemos a opção mais simples, a chamada *navalha de Occam* ou *a regra da parcimônia*. Ou melhor, “a preferência pela suposição mais simples que encaixe nos fatos.” (BATESON, 1986, p.34). Na sequência, apresentamos nosso olhar diante as matrículas do Censo Escolar da Educação Básica. Em um primeiro momento, sobre o Estado do Rio Grande do Sul, e, em segundo, os contextos escolhidos para análise aqui já sinalizada.

Uma primeira aproximação com o Estado do Rio Grande do Sul

A Tabela 1 mostra a configuração das matrículas no Estado do Rio Grande do Sul, nas diferentes dependências administrativas e níveis de ensino.

TABELA 1: MATRÍCULAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REDE REGULAR DE ENSINO – ANO 2013
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA X ETAPAS DE ENSINO

NEE	D.A	E.I	E.F ³	E.M ⁴	E.P	TOTAL
	Federal	238	1.189	9.814	8.743	19.984

³ Estamos considerando para essa tabela, somente os dados de matrículas do ensino fundamental de 9 anos. De acordo com os dados do Censo Escolar (2013), no Estado do Rio Grande do Sul, ainda existem turmas de 2ª a 8ª série do ensino fundamental de 8 anos.

⁴ Não estamos considerando/computando nessa tabela, as matrículas do Ensino Médio na modalidade Normal/Magistério.

Matrículas Gerais	Estadual	9.136	435.480	326.867	25.700	797.183
	Municipal	199.126	610.014	5.262	1.189	815.591
	Privada	118.646	114.438	43.249	41.878	318.211
TOTAL		327.146	1.161.121	385.192	77.510	1.950.969
Alunos da E.E	Federal	1	2	48	29	80
	Estadual	75	14.680	2.499	74	17.328
	Municipal	1.908	24.069	58	2	26.037
	Privada	515	1.112	250	79	1.956
TOTAL		2.499	39.863	2.855	184	45.401

Fonte: Elaboração própria das autoras com base nos microdados de 2013 do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2013).

Legenda: E.E – EDUCAÇÃO ESPECIAL; NEE – NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS; D.A – DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA; E.I – EDUCAÇÃO INFANTIL; E.F – ENSINO FUNDAMENTAL; E.M – ENSINO MÉDIO; E.P – EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.

É possível observarmos a concentração de matrículas da educação infantil e do ensino fundamental na rede municipal de ensino; o maior número de matrículas do ensino médio está nas redes estaduais de ensino; os números do ensino profissionalizante expressam alto percentual na rede privada, seguida pela rede estadual.

As matrículas expressam a divisão das responsabilidades frente à oferta do ensino pelas diferentes esferas administrativas. Tal organização está prevista desde a Constituição Federal de 1988 e endossada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. De modo que a primeira, apresenta em seu Art.30 inciso VI: cabem aos Municípios (...) VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental. E no Art. 211 temos: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...] § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar. Em consonância com a Constituição maior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 prevê o processo de municipalização do ensino, por meio da definição de responsabilidades da esfera municipal no que se refere à educação. Segundo a referida Lei, no seu Art.11, inciso V prevê aos municípios “[...] V -

oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]”.

No que se refere às relações entre matrículas gerais e matrículas dos alunos da educação especial, temos um total 1.950.969 matrículas, sendo 45.401 de alunos da educação especial. Expressos em percentuais as matrículas da educação especial representam somente 2,3% do universo de alunos que frequentam o ensino comum.

Tomando a dependência administrativa municipal como foco de análise, os dados referentes ao ano de 2013 revelam um contingente de 815.591 matrículas do total de 1.950.969 representando um percentual de 41,80%. E ainda, ao olharmos para as diferentes etapas de ensino, temos o ensino fundamental com 610.014 matrículas abrangendo um percentual de 74,79%.

No que tange as matrículas dos alunos da educação especial no ensino comum, de um total de 45.401, a esfera municipal contém 26.037 matrículas, abarcando um percentual de 57,34%. Destas 26.037 matrículas, temos 1.908 (7,32%) matrículas na educação infantil; 24.069 (92,44%) no ensino fundamental; 58 (0,22%) no ensino médio; e 2 (0,007%) na educação profissionalizante. Os dados apontam um percentual pouco expressivo de matrículas na educação infantil se comparado a massiva concentração no ensino fundamental; assim como também, sinalizam um importante declínio no ensino médio e a quase inexistência de matrículas na educação profissionalizante. Dessa forma, a leitura da tabela expressa uma concentração das matrículas gerais e das matrículas dos alunos da educação especial na esfera municipal de ensino, na etapa do ensino fundamental.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Resolução nº 04/2009 que *Institui as Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, preveem a obrigatoriedade da matrícula dos alunos da educação especial na rede regular de ensino e a oferta dos serviços especializados pelos sistemas de ensino. Em relação a essa orientação política, percebemos na rede municipal de ensino uma tendência pela oferta desses serviços, considerando que esta dependência administrativa concentra o maior número de

matrículas. A etapa do ensino fundamental abrange a maioria destas matrículas, devido a escolarização obrigatória nessa faixa etária

O enfoque no ensino fundamental também se faz presente na organização dos serviços. Sobre isso, Garcia e Lopez (2011) apontam para um modelo de Educação Especial,

[...] que na perspectiva inclusiva assume um papel de complementaridade à Educação Básica. Contudo, tal relação toma como referência para toda a Educação Básica o trabalho desenvolvido no Ensino Fundamental regular. Uma consequência importante aí colocada é que o trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil e suas especificidades não tem sido considerado nas discussões que tem sustentado a política de Educação Especial, a qual sustenta um modelo de atendimento educacional especializado padrão para toda a Educação Básica, desconsiderando as condições institucionais, a faixa etária dos educandos, entre outros fatores. (p.1, grifo nosso).

Desse modo, podemos inferir que os serviços educacionais especializados oferecidos aos alunos com deficiência, matriculados no ensino comum, ainda não são pensados e propostos conforme a especificidade de cada etapa de escolarização. Além disso, características singulares devem ser contempladas na organização de uma rede de ensino. Nessa direção apostamos na aproximação de duas redes municipais de ensino que possuem interessante histórico, no que diz respeito aos serviços de educação especial e a proposição/organização de uma proposta pedagógica com foco nos processos de inclusão escolar. Entre as ações envolvidas no processo de análise dessas redes, estão: a construção de um breve histórico dessas redes de ensino, com especial atenção às ações vinculadas à educação especial e aos processos inclusivos; um olhar para a oferta da escolarização através do número de escolas municipais nas diferentes etapas de ensino, bem como o número de docentes; a realização de uma leitura sobre a matrícula geral dos alunos e a matrícula dos alunos da educação especial e o conhecimento sobre a organização dos serviços de Educação Especial ofertados nas referidas redes de ensino.

Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/POA), nos últimos 25 anos – pós a primeira gestão da administração popular (1989-1993), tem vivido processos de valorização de uma educação popular, pautada em dinâmicas envolvendo a participação da comunidade, com uma gestão democrática, na defesa de uma instituição de processos formativos baseados em ações coletivas. No âmbito da educação especial, de 1988 a 1991 assistimos a construção e inauguração de quatro escolas municipais especiais na rede, este fato aponta os direcionamentos que, naquele momento, a gestão optava. A exemplo das classes especiais, essas instituições apostavam na concepção de que os sujeitos com deficiência deveriam estar segregados em um espaço específico, por não apresentarem condições de acompanhar a escolarização oferecida nas escolas regulares. De acordo com Junior (2013), no ano de 1991 a Assessoria da Equipe Interdisciplinar de Apoio da SMED apresenta um relatório, no qual destaca a necessidade de “[...] repensar a escola especial como um espaço de **transição** articulado às questões pertinentes à evasão escolar, exclusão e segregação da criança e do adolescente com deficiência (p.49)”. Ainda, de acordo com Junior (2013), o período entre 1995 e 2000 marca uma trajetória importante na rede, no que diz respeito, às mudanças relativas a organização do ensino e a diversificação da oferta de serviços especializado, programa e projeto da educação especial na referida rede.

O ano de 95 marca a implantação das salas de integração e recursos nas escolas municipais de ensino fundamental, as quais, hoje, possuem uma sala de recursos e um educador especial lotado em cada escola. No efeito desse movimento nas escolas de ensino fundamental, no ano seguinte (1996) a rede municipal lança o projeto de estágio de apoio à inclusão, inicialmente nas escolas infantis e gradualmente, ampliado às escolas de ensino fundamental. No âmbito da educação infantil, no ano de 1991 nascem os serviços de apoio educacional especializados, a todas as crianças da comunidade, em duas modalidades, denominadas: Educação Precoce e Psicopedagogia Inicial. A primeira compete às crianças em idade de creche (0 a 3 anos), enquanto que a segunda, contempla os alunos em idade pré-escolar (4 a 5 anos). O referido serviço, no ano 2000, é ampliado para as quatro escolas municipais especiais. Quanto aos diferentes espaços de

escolarização, temos, no ano de 1999, a finalização do processo de fechamento das classes especiais no contexto da rede.

No plano da reorganização curricular, tem havido o predomínio de uma estrutura por ciclos de formação caracterizada também pela oferta de serviços de apoio especializados, muito variados, como os Laboratórios de Aprendizagem (L.A) e as Salas de Integração e Recursos (SIRS). Este primeiro, na lógica da Rede Municipal de Ensino, é direcionado aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Os professores responsáveis pelo L.A procuram uma articulação com o trabalho desenvolvido nas turmas, socializando com os demais professores, informações referentes ao processo individual do aluno. Diferentemente, a SIR é um espaço para alunos identificados com algum tipo de deficiência ou uma necessidade educacional especial. Segundo Baptista e Tezzari (2002), a Sala de Integração e Recursos se apresenta como um espaço paralelo de atendimento disponibilizado no turno inverso ao da classe comum. Os alunos atendidos passam por uma triagem pedagógica que identifica a necessidade de ação a ser desenvolvida pelo educador especial. Este serviço é oferecido aos alunos do ensino fundamental e evidencia-se como uma ação específica da educação especial.

De acordo com o banco Data Escola Brasil, no ano de 2013, a atual rede possui uma estrutura de ensino composta por 96 escolas, 48 de ensino fundamental⁵; 4 escolas especiais; 41 escolas infantis, sendo 7 jardins de praça⁶; 1 de ensino médio; 1 escola de educação básica que oferece atendimento desde a pré-escola ao ensino médio e educação profissionalizante; e 1 Centro Municipal de Educação do Trabalhador (CMET) Paulo Freire, a qual disponibiliza turma de educação de jovens e adultos na modalidade especial e regular. No que tange aos números de matrículas disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica, apresentamos na tabela abaixo, os dados gerais de matrículas do ensino comum, levando em consideração os alunos público-alvo da educação especial e os docentes da rede.

⁵ Dessas 48 escolas de ensino fundamental, a escola EMEF Porto Alegre oferece apenas a modalidade EJA (educação de jovens e adultos).

⁶ Os jardins de praça ofertam a educação infantil em meio turno, manhã ou tarde, para crianças de quatro a cinco anos.

TABELA 2: REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
REDE REGULAR – ANO DE 2013 – MATRÍCULAS POR ETAPAS DE ENSINO

ETAPA DE ENSINO	MATRÍCULAS GERAIS	ALUNOS DA E.E	DOCENTES
INFANTIL	5.733	109	546
FUNDAMENTAL	36.647	1.944	9.042
MÉDIO ⁷	923	16	259
PROFISSIONALIZANTE	302	0	51
TOTAL	43.605	2.069	9.898

Elaboração própria das autoras com base nos microdados de 2013 do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2013).

O banco dos Microdados permitiu o acesso às informações referentes às matrículas. De acordo com a Tabela 2, em números gerais, temos 5.733 (13,1%) matrículas na educação infantil; 36.647 (84%) no ensino fundamental; 923 no ensino médio (2,1%) e 302 (0,69%) matrículas no ensino profissionalizante. Os dados sinalizados fazem referência às matrículas na modalidade do ensino comum. No que diz respeito às matrículas dos alunos da educação especial, nessa modalidade de ensino, sua totalidade representa 4,74% em comparação com o total geral; apontando para 2.069 matrículas distribuídas da seguinte forma: a educação infantil detêm 109 (5,2%) matrículas, o ensino fundamental 1.944 (93,9%), 16 (0,77%) no ensino médio e o matrículas no ensino profissionalizante. Acompanhando o movimento visto anteriormente, nos dados do Estado do RS, existe uma concentração significativa nas matrículas do ensino fundamental, tanto dos alunos da educação especial, quanto dos demais alunos. Do mesmo modo, fica visível um declínio considerável das matrículas no passar das etapas, baixando um número de 1.944 alunos no ensino fundamental para 16 no ensino médio, seguido por uma inexistência de matrículas no ensino profissionalizante.

A peculiaridade da RME/POA, de conter em sua estrutura quatro escolas especiais municipais, nos levou a buscar as matrículas na modalidade especial, por considerar a existências desses espaços. Ao levarmos em consideração a modalidade da educação

⁷ Lembramos, mais uma vez, que não estamos considerando/computando nessa tabela, as matrículas do Ensino Médio na modalidade Normal/Magistério.

especial, na rede municipal de ensino, temos 90 matrículas na educação infantil, 429 no ensino fundamental e 109 na educação de jovens adultos (etapa: ensino fundamental anos iniciais e finais) e um total de 628 alunos que frequentam esta modalidade de ensino.

Ainda, de acordo com os microdados, 47 escolas da rede possuem salas de recursos, 45 são escolas de ensino fundamental, 1 de educação infantil e 1 de educação básica. Essas mesmas 47 ofertam o atendimento educacional especializado. Vale destacar, que o atendimento especializado a primeira infância é realizada no âmbito das quatro escolas municipais especiais, na escola de surdos e na UCERGS (União de cegos do Rio Grande do Sul), através dos serviços de Educação Precoce e Psicopedagogia Inicial.

No que se refere, ao corpo docente da rede, temos 9.898 docentes, destes, 546 (5,51%) docentes atuam na educação infantil, 9.042 (91,35%) no ensino fundamental, 259 (2,61%) no ensino médio e 51 (0,51%) no ensino profissionalizante. Além dos docentes, temos na educação infantil 577 auxiliares complementando o quadro de matrículas das funções exercidas nas escolas. Em relação ao tipo de contratação, o registro de matrícula mostra que o número de 9.898 docentes, em sua totalidade, são concursados. Já os dados de contratação do auxiliar de educação infantil, não são expressos nas informações do censo, ou seja, provavelmente não são profissionais concursados, mas sim, contratados ou estudantes em processo de formação no ensino superior (estagiários).

De acordo com os dados encontrados no banco Data Escola Brasil (2013), temos na rede municipal de ensino, na modalidade do ensino regular 48 escolas que oferecem o serviço de atendimento educacional especializado. Dessas, 46 são de ensino fundamental, 1 de educação infantil e 1 ensino médio⁸. Sobre as matrículas no atendimento educacional especializado: 1240 (59,93%) matrículas gerais, sendo 1056 (85,16%) no ensino fundamental; 159 (12,82%) na educação infantil⁹ e 25 (2,01%) na escola

⁸ EMEB Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha. Oferece turmas desde a educação infantil ao ensino profissionalizante.

⁹ Destas 159 matrículas, 151 estão localizadas nas quatro escolas especiais, espaço onde é ofertado o atendimento educacional especializado para os alunos da Educação Infantil. Estes alunos, ou encontram-se matriculados nas escolas infantis da rede ou estão fora da escola.

de educação básica, que oferece turmas de educação infantil ao ensino profissionalizante.

Diferente do contexto de Santa Maria, a rede municipal de ensino de Porto Alegre apresenta algumas peculiaridades quando olhamos para a organização da modalidade de Educação Especial. Destacam-se existência de quatro escolas municipais especiais e a oferta do serviço de atendimento especializado para educação infantil concentrada nesses espaços.

Rede Municipal de Ensino de Santa Maria

Nos últimos anos, no contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, expressivas ações com a intencionalidade de garantir a escolarização de todos os alunos têm sido feitas. Conforme a Proposta Pedagógica das Diretrizes Curriculares Municipais, “[...] a partir de 1997, na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, teve início o processo de transformação em relação à organização do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na área de Educação Especial” (2008, p. 12).

Acompanhamos uma atuação mais enfática no campo da educação especial a partir do processo de municipalização do ensino. Porém, no âmbito desta rede, a partir do ano de 2001, quando a Administração Popular assume o governo municipal, é que visualizamos a execução de um conjunto de ações produtoras de novos contornos e caracterizações à educação especial. Isso se deve aos próprios pressupostos que embasam a proposta de governo e à estreita relação estabelecida entre a Secretaria de Município da Educação e a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SECADI/MEC) durante este período.

A Administração Popular exerceu dois mandatos em Santa Maria (2001-2008), e, neste intervalo de tempo, a gestão da educação especial organizou-se por meio do Eixo Pedagógico Inclusão¹⁰. Tal eixo teve como objetivo principal “articular as ações de forma integrada com todas as modalidades de ensino”, bem como “esclarecer, subsidiar e

¹⁰ Neste período, a Educação Especial ficou sob responsabilidade de duas professoras com formação específica na área.

acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em todos os níveis, de acordo com suas peculiaridades, tendo como princípio básico o respeito à diversidade” (MÜLLER; VILLAGRAN, 2008, p. 5).

Na esteira das ações desenvolvidas pelo município nesse período, merecem destaque a ampliação progressiva de recursos humanos em educação especial, a ampliação do número de matrículas de alunos em situação de inclusão, o fechamento das classes especiais em 2007¹¹ e a construção das Diretrizes Curriculares Municipais em Educação Especial. E, ainda, no ano de 2003, a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria aderiu ao Programa de Educação Inclusiva da SECADI/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, tornando-se um dos municípios-polo desse programa. Desde 2003, são ofertados anualmente aos professores da rede pública de ensino cursos de formação na área da educação especial/educação inclusiva.

As ações descritas pela Secretaria de Município da Educação/Educação Inclusiva para a efetivação de políticas de inclusão escolar no sistema comum de ensino, em boa parte, estão ligadas a programas e ações do Governo Federal, ações tais como aquisição de salas de recursos multifuncionais por intermédio do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncional; ações de formação de professores por meio do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade; formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado por meio do Programa de Formação Continuada dos Professores em Educação Especial; Programa Escola Acessível¹²; Programa BPC na Escola¹³. Enfim, segundo Peripolli (2010), objetiva-se a construção e execução de planos e projetos em consonância com as diretrizes propostas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

¹¹ Na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, até o ano de 2007, existiam quatro classes especiais em funcionamento, após um processo de discussão entre a gestão, a comunidade escolar e as famílias, as classes especiais foram fechadas, e os alunos, encaminhados para os espaços de ensino comum. No lugar das classes especiais, foi assegurada a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

¹² O Programa Escola Acessível busca adequar o espaço físico das escolas, visando à promoção da acessibilidade nas redes públicas de ensino. No âmbito da RME de Santa Maria, 21 escolas já foram contempladas com esse programa. (SECADI/MEC, 2011).

¹³ Refere-se ao Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola, que tem por objetivo acompanhar e monitorar o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, até 18 anos, por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos. (SECADI/MEC, 2011).

De acordo com Data Escola Brasil (2013), a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, é composta por 72 escolas de ensino regular: 62 escolas urbanas e 10 escolas rurais, sendo 20 instituições de educação infantil (01 rural) e 52 de ensino fundamental (09 rurais). Do universo das escolas de ensino fundamental, 29 ofertam educação infantil.

A Tabela 3 apresenta dados referentes às matrículas gerais e dos alunos da educação especial, bem como, o número de docentes nas diferentes etapas de ensino.

TABELA 3: REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
REDE REGULAR – ANO DE 2013 – MATRÍCULAS POR ETAPAS DE ENSINO

ETAPA DE ENSINO	MATRÍCULAS GERAIS	ALUNOS DA E.E	DOCENTES
INFANTIL	3.957	50	231
FUNDAMENTAL	12.959	594	2.696
TOTAL	16.916	644	2.927

Elaboração própria das autoras com base nos microdados de 2013 do Censo da Educação Básica (MEC/INEP, 2013).

No que diz respeito ao corpo docente da rede, temos 2.927 professores, sendo que 231 (7,89%) atuam na etapa da educação infantil e 2.696 (92,10%) no ensino fundamental. Vale salientar que estamos trabalhando aqui com o dado de matrícula dos docentes, de modo que um mesmo docente pode representar duas matrículas (dois contratos com a rede).

Em relação aos dados de matrículas dos alunos na modalidade do ensino regular, a rede conta com um total de 16.916 alunos. Destes, 3.957 (23,39%) matrículas referem-se à etapa da educação infantil e 12.959 (76,60%) matrículas ao ensino fundamental. Na modalidade do ensino regular não aparecem matrículas e escolas referentes ao ensino médio e a educação profissionalizante¹⁴. Na área de educação especial, temos 644 matrículas de alunos identificados como público-alvo da educação especial, o que representa um percentual de 3,80% em comparação com o total geral de matrículas.

¹⁴ Cabe destacar que a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria tem duas escolas que desenvolvem atividades complementares: Escola Municipal de Aprendizagem Industrial e Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan. Porém, essas duas escolas não se inserem na modalidade regular de ensino, por isso, não são contempladas na análise do presente trabalho.

E ainda, ao focarmos exclusivamente os alunos da educação especial, temos da totalidade de 644 alunos, 50 alunos matriculados na educação infantil e 594 no ensino fundamental. Ao pensarmos em percentuais, 7,76% referem-se a matrículas na educação infantil e 93,23% no Ensino Fundamental, reafirmando a necessidade de ampliação do acesso à escola dos alunos da educação especial na educação infantil. Tais dados são consoantes aos encontrados no estado do Rio Grande do Sul e no contexto da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, indicando mais uma vez a concentração de matrículas gerais e dos alunos da educação especial, no ensino fundamental.

No que se refere à oferta do atendimento educacional especializado, segundo o Data Escola Brasil, temos a oferta desse serviço em 42 escolas municipais, sendo 5 escolas de educação infantil e 37 de ensino fundamental. Ao compararmos a oferta do serviço à totalidade das escolas temos a presença do atendimento educacional especializado em 58,33% das escolas municipais. E ainda, das 644 matrículas de alunos da educação especial, temos 472 alunos frequentando o atendimento educacional especializado. Este valor expresso em percentuais refere a 73,29% dos alunos. Destes 472 alunos, 22 (4,66%) estão matriculados na educação infantil e 450¹⁵ (95,33%) no ensino fundamental.

Possíveis pontos de conexão e aproximação entre os dois contextos

Ao retomarmos a história das duas redes de ensino no que tange a proposição de ações inclusivas, é possível inferir que essas tiveram início muito antes da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Ambas as redes analisadas no presente trabalho parecem iniciar com ações singulares, específicas de cada contexto.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, o ano de 1995, marca o início de ações visando à reorganização da oferta educacional aos alunos da educação especial. Tais mudanças envolveram a implementação de serviços especializados, como a Sala de Integração e Recursos (SIR) e sua progressiva oferta até chegarmos aos números

¹⁵ 29 escolas de ensino fundamental da rede oferecem turmas de educação infantil (pré-escola), desse modo, pode haver matrículas de alguns desses alunos no compito das 450 matrículas.

atuais de uma SIR por escola de ensino fundamental e a ampliação de professores de educação especial e de seus alunos no âmbito do ensino regular.

Na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, também foi na década de 90, mais precisamente em 1997, que a organização do atendimento aos alunos da educação especial começou a ser repensada. Movimento que ganhou força a partir de 2001 e envolveu um rol de diferentes ações referentes à ampliação: da oferta dos serviços especializados; do número de profissionais da educação especial que atuam na rede; da matrícula dos alunos da educação especial. E, a construção das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Especial (2007).

O que foi apresentado até o momento referente às duas redes de ensino sinalizam pontos de aproximação. Apesar dessas sintonias encontramos especificidades em cada contexto, nos modos de ser e viver a gestão e a execução dos processos inclusivos. Tal singularidade é possível de ser observada, ao olharmos, por exemplo, para os diferentes tempos de cada rede. O fechamento das classes especiais é um bom elemento para o que desejamos exemplificar. No âmbito da rede municipal de ensino de Porto Alegre este fechamento acontece em 1999 e na rede municipal de Santa Maria somente em 2007, apesar das propostas caracterizadas como inclusivas no âmbito das duas redes, estarem presentes desde o mesmo período. Outra diferenciação refere a manutenção das escolas municipais especiais em Porto Alegre o que não ocorre no contexto da rede municipal de Santa Maria uma vez que a referida rede não possui escolas especiais.

Ao olharmos para as matrículas dos alunos da educação especial em comparação ao número total de matrículas nas redes, temos na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre 4,74% de alunos da educação especial. Esta relação não difere muito ao observarmos o contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, onde temos um percentual de 3,80%. Em ambas as redes, o ensino fundamental concentra a quase totalidade de matrículas compreendendo 93,9% (1.944 alunos) em Porto Alegre e 93,23% (549 alunos) em Santa Maria.

Em relação à matrícula dos alunos da educação especial no atendimento educacional especializado, 59,93% (1.240 alunos) frequentam o referido serviço na RME

de Porto Alegre, segundo dados produzidos no Data Escola Brasil (2013). Já na RME de Santa Maria temos um maior acesso considerando que 73,29% (472 alunos) estão matriculados neste serviço. Considerando que o serviço é ofertado em 47 escolas municipais e em Santa Maria em 42 escolas.

O presente estudo buscou produzir uma análise preliminar da educação especial no contexto de duas redes de ensino municipal – Porto Alegre e Santa Maria. Com trajetórias singulares e muitos pontos de conexão, estas duas redes de ensino destacam-se: pelo histórico dos serviços de educação especial; por uma sintonia com os movimentos políticos que constituem a educação especial; pela organização de uma proposta pedagógica com foco nos processos de inclusão escolar; uma concentração de matrículas gerais e da educação especial no ensino fundamental e uma significativa oferta dos serviços especializados.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, SEESP, janeiro de 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica (2009). **Resolução CNE/CEB nº04**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico – Eletrônico. Brasília: MEC/INEP, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica** – Folder. Brasília: MEC/INEP, 2013a.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; LOPEZ, Graziela Maria Beretta. Políticas de Educação Inclusiva no Brasil: uma análise da Educação Especial na Educação Infantil (2000-2010). In: 34ª Ra Anped, 2011, Centro de Convenções de Natal - RN. 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica. In: BAPTISTA, Claudio; JESUS, Denise Meyrelles. **Avanços em Políticas de Inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p.123-138.

JANNUZZI. Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público - Eletrônica**, Brasília, 56 (2), p.137-160, abr/jun, 2005.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira (Org.). Políticas Públicas, escolarização de alunos com deficiência e a pesquisa educacional. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

MÜLLER, Marizete; VILLAGRAN, Valquirea. Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. In: **Revista Eletrônica Educação Cidadã**. Ano 2008. V.1, n.1. Santa Maria:Secretaria do Município de Educação. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/index.php?secao=revista&edicao=13>

PERIPOLLI, Arlei. Um caminho edificante da educação inclusiva no município de Santa Maria/RS. **Anais**. I Seminário de Políticas de Inclusão Escolar do Rio Grande do Sul. CDROOM. Porto Alegre: UFRGS/NEPIE, 2010.